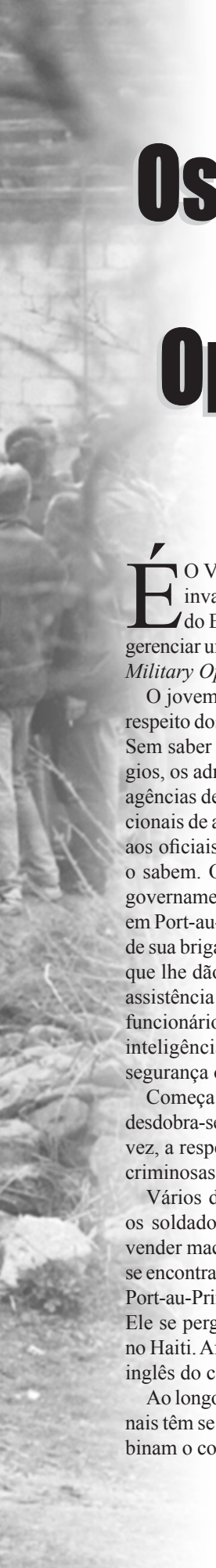

Os Desafios da Inteligência durante Operações Civis-Militares

Dr. Adam B. Siegel

É O VERÃO DE 1994 e os EUA estão ameaçando invadir o Haiti. Um jovem e inexperiente oficial do Exército dos EUA é designado para a tarefa de gerenciar um Centro de Operações Civis-Militares (*Civil-Military Operations Center — CMOC*) de brigada.

O jovem oficial percebe que precisa de informação a respeito dos atores civis na área de operações da brigada. Sem saber nada sobre o prefeito, os diretores dos colégios, os administradores de serviços públicos locais, as agências de apoio, ou mesmo aonde as agências internacionais de assistência têm seus depósitos, ele pede ajuda aos oficiais de inteligência da brigada. Estes tampouco o sabem. O jovem oficial contata outras organizações governamentais e recebe informações sobre atividades em Port-au-Prince, mas nada sobre as áreas de operações de sua brigada. Ele liga para organizações de assistência, que lhe dão os números de telefone de funcionários de assistência pública no Haiti. Ele decide contatar estes funcionários, mas é impedido de fazê-lo — a seção de inteligência da brigada lhe diz que isso ameaçaria a segurança operacional.

Começa a intervenção. A brigada do jovem oficial desdobra-se no Haiti. Ele continua sem informação, desta vez, a respeito de juízes, figuras principais e atividades criminosas na sociedade civil do Haiti.

Vários dias depois da chegada da brigada no Haiti, os soldados da brigada detêm um haitiano por tentar vender maconha aos soldados. Só depois que o haitiano se encontra em um helicóptero do Exército, a caminho de Port-au-Prince, o jovem oficial toma conhecimento disso. Ele se pergunta se alguém sabe se isso é de fato ilegal no Haiti. Afinal, ninguém lhe forneceu uma tradução em inglês do código penal haitiano.[1]

Ao longo da última década, forças militares internacionais têm se envolvido em situações complexas que combinam o conflito com considerável sofrimento humano. Empregando os boinas azuis das forças da ONU ou coalizões multinacionais sob mandato da mesma, estas operações de estabilidade e apoio têm criado desafios para os comandantes militares, diferentes das tradicionais operações de guerra. A informação, a análise e os desafios de inteligência são similares a muitos dos outros assuntos defrontados pelos militares ao redor do mundo que lidam com a realidade e as dificuldades das operações interagências e interorganizacionais. Ao contrário das forças multinacionais que obrigaram a Saddam Hussein a abandonar o Kuwait na primavera de 1991, a maioria das operações militares internacionais recentes têm dependido da cooperação civis-militar como fundamental ao sucesso. Durante essas operações, a equipe civis-militar deve se informar sobre o tamanho, as capacidades e as intenções das forças combatentes inimigas, assim como sobre numerosos assuntos do setor civil.

As operações de apoio à paz enfrentam três desafios de inteligência fundamentais que possivelmente não existam durante confrontos OTAN-Pacto da Varsóvia ou em outras operações de guerra tradicionais:

• Assuntos do setor civil. Ao contrário da guerra, a atuação no setor civil é fundamental para o desenvolvimento da operação militar.

• Novas fontes e parceiros. Uma força militar não ficará isolada de outros elementos de uma intervenção civis-militar; a comunidade de inteligência não pode ser isolada de outros elementos da força.

• Numerosos parceiros e fontes. Nas operações civis-militares (*civil-military operations —CMO*) os gerentes de inteligência devem coordenar e cooperar com mais organizações e fontes do que durante uma guerra convencional.

Após anos de guerra civil, intercalada por várias intervenções, as operações da OTAN na Bósnia-Herzegovina começaram com uma presença internacional substancial e bem desenvolvida. Isto incluiu uma presença no local

de inteligência de nações da OTAN envolvidas em operações da ONU na antiga Iugoslávia. Esta foi uma operação sob a direção de uma aliança beneficiada por mais de quatro décadas de interoperabilidade técnica, doutrinária e de procedimentos, durante a Guerra Fria. Os QGs de quatro e três estrelas em Sarajevo se derivaram de estruturas de comando multinacionais já existentes.

Estas características parecem diferir nas intervenções não relacionadas com a OTAN durante os anos noventa. Intervenções sob a liderança dos EUA, no norte do Iraque, no Haiti e na Somália, ocorreram aonde não existia presença internacional significativa. Não havia infra-estrutura bem desenvolvida de inteligência estabelecida para prestar apoio às operações civis-militares. Existiam também diferenças com relação às sociedades onde havia ocorrido as intervenções internacionais. A Iugoslávia era uma nação européia moderna e industrializada, com um governo funcional. Já o Haiti, a Libéria, o Camboja e a Ruanda não eram, de maneira alguma, tão desenvolvidos. Outra diferença estava na estrutura dos governos em si.

Apesar das diferenças, existem também similaridades entre as intervenções da OTAN e outras, não relacionadas com ela. Mais de dez nações da OTAN tinham destacamentos de inteligência em cada QG e cada um tinha suas próprias regras e procedimentos para compartilhar informações com a OTAN e com as outras nações envolvidas. Cada um dos destacamentos nacionais mantinha certa autonomia e era freqüentemente convencido — ao invés de comandado — pelos QGs superiores, a tomar certas linhas de ação.

Durante as intervenções nos anos 90, as forças militares tiveram que operar junto a outros atores internacionais, incluindo organizações internacionais, governamentais e não governamentais. Estas outras organizações, freqüentemente, já estavam no local para receber as forças militares quando estas chegavam.

Durante as operações civis-militares, a comunidade de inteligência tem de coletar e analisar informações sobre uma grande variedade de assuntos que, normalmente, não seriam de interesse para o comandante durante o combate. Durante a Operação *Restore Hope* na Somália, os comandantes militares precisaram de informações sobre assuntos que incluíam: a saúde de refugiados; o desenvolvimento de conselheiros tribais e os efeitos da distribuição de comida sobre a economia local. Durante a Operação *Uphold Democracy* no Haiti, comandantes militares estavam preocupados com a reorganização da polícia local e do sistema judiciário e com o fluxo em potencial de drogas pelo Haiti. Durante a Operação *Joint Endeavor* na Bósnia, as principais inquietudes dos comandantes eram relacionadas com o crime organizado, a formação do governo, os desabrigados, os padrões para o voto de refugiados e a reconstrução. Estes assuntos todos exigem técnicas singulares de informações e análise, pouco comuns a uma típica força militar. Estas novas apreensões vieram se somar às necessidades de inteligência tais como o desenvolvimento das ordens de batalha inimigas.

Parceiros e Fontes

Um dos mais notáveis desafios para as operações civis-militares é o trabalho com agências internacionais e com seções de estados-maiores transitórias. Na Somália, as agências internacionais e nacionais incluíam organizações das Nações Unidas e agências governamentais de desenvolvimento e apoio. No Haiti, a força multinacional sob liderança dos EUA, trabalhava com os Monitores Internacionais da Polícia (*International Police Monitors — IPM*) e com o Departamento de Justiça dos EUA. Na Bósnia, os parceiros incluíam a Força-Tarefa Internacional de Polícia (*International Police Task Force — IPTF*), a Missão da ONU na Bósnia-Herzegovina, o Gabinete do Alto Representante (*Office of the High Representative*) e a Missão de Monitoramento da Comunidade Européia (*European Community Monitoring Mission — ECMM*).

Vários obstáculos surgem quando se busca proporcionar um apoio de inteligência adequado para comandantes militares durante as operações cívico-militares. Muitos oficiais militares e oficiais de defesa civil parecem querer distinguir entre a missão militar e a civil. Este tipo de distinção certamente ocorre dentro do debate americano. Muitos dos conceitos relativos à missão complementar derivam da idéia que as tarefas militares devem ser finitas e não envolver o militar, de forma significativa, no setor civil.

Internamente, os oficiais de inteligência trabalhavam com engenheiros, com a força-tarefa civis-militar (*civil-military task force — CMTF*), e com analistas do Escritório do Chefe do Estado-Maior. As operações psicológicas (Op Psico) e o pessoal de comunicação social também tinham um papel na coleta e análise de informações. Estes parceiros se uniram em uma emergência complexa, trabalhando como uma equipe para executar uma operação civis-militar.

Além dos desafios qualitativos dos assuntos do setor civil e dos novos parceiros de informação e inteligência, o componente de inteligência terá um desafio quantitativo: numerosas fontes de informações, parceiros de inteligência e clientes para informações.

Uma operação, estritamente militar, desfruta de uma

arquitetura relativamente pura de inteligência, com um conceito claro de quem é o responsável por quais tarefas e quem tem a autoridade. Esse tipo de transparência pode ser impossível de se alcançar em uma operação civis-militar multinacional. Na Bósnia-Herzegovina, oficiais de inteligência sêniores da OTAN administravam uma rede de fontes de informações e de parceiros de inteligência mais complexa que a administrada em um conflito convencional.[2] Estes incluíam o Batalhão Aliado de Inteligência Militar (*Allied Military Intelligence Battalion — AMIB*), centros nacionais de inteligência (*national intelligence centers — NICs*) acompanhando o QG da Força Estabilizadora (*Stabilization Force — SFOR*) em Sarajevo, agências nacionais de inteligência civil, organizações civis servindo como fontes de informações e numerosos elementos de estado-maior. É provável que

Novas avaliações e investigações exigem novas fontes. As agências internacionais e as organizações não governamentais são fontes ricas de informações e de bases de dados. Em uma operação com um governo estabelecido, como o da Bósnia, os ministérios do governo talvez possam prover informações que ajudariam a desenvolver o quadro geral de inteligência.

futuras operações de apoio à paz consigam juntar um conjunto parecido de organizações de inteligência, agências e recursos, que apresentarão um desafio à integração e ao gerenciamento.

Desafios de inteligência. Estes desafios criam um ambiente diferente para a organização de inteligência dentro do comando militar, para a qual muitos militares têm treinado. O desafio da inteligência faz parte de um desafio maior para os militares profissionais, que estão se adaptando às exigências das operações civis-militares, que parecem dominar o atual ambiente militar internacional.

Vários obstáculos surgem quando se busca proporcionar um apoio de inteligência adequado para comandantes militares durante as operações civis-militares. Muitos oficiais militares e oficiais de defesa civil parecem querer distinguir entre a missão militar e a civil. Este tipo de distinção certamente ocorre dentro do debate americano. Muitos dos conceitos relativos à missão complementar se derivam da idéia que as tarefas militares devem ser finitas e não envolver o militar, de forma significativa, no setor civil.

Na realidade, estas operações são missões civis-militares. Seções de inteligência, operando dentro da estrutura de inteligência tradicional, provavelmente resistirão ao exame do setor civil. Isto os deixará mal preparados para lidar com as perguntas que o comandante inevitavelmente fará sobre os assuntos civis.

Diferentes preocupações e necessidades. Oficiais de inteligência se preparam, durante suas carreiras, para a guerra convencional, mas a realidade das contingências durante a década de 1990 surpreenderá a muitos. A missão da guerra não exige a análise da corrupção no nível governamental, da brutalidade policial, do crime organizado, de padrões no movimento de refugiados, do financiamento do desenvolvimento internacional, da economia local, nem de tumultos espontâneos. Muitos processos de inteligência, tal como o preparo de inteligência para o campo de batalha, continuam relevantes para lidar com estas perguntas, mas terão que ser aplicadas de forma distinta.[3] Um desafio para a seção de inteligência será determinar que perguntas são relevantes à nova situação. O comandante poderá se sentir sujeito à mesma armadilha de ter que separar as missões militares das civis. A seção de inteligência terá que ajudar o comandante a compreender as perguntas que deveria estar fazendo.

A seção de inteligência terá que lidar com uma nova série de perguntas e desenvolver diferentes métodos analíticos para apoiar as necessidades de inteligência do comandante para a tomada de decisões nas operações civis-militares.

Toda organização militar tem algum tipo de estrutura de inteligência. Em uma força de combate tático, esse pessoal está treinado para apoiar as operações de combate por meio da avaliação das capacidades do inimigo e do levantamento de suas intenções. Em uma contingência, o comandante da brigada precisará de outros tipos de inteligência para apoiar o seu processo decisório, incluindo padrões de votação, áreas para transferências, horários de escolas e medidas para o controle de multidões. Técnicas tradicionais de inteligência, adestramento e fontes não abordam esses assuntos, necessariamente.

O adestramento que o pessoal de inteligência necessita, para prepará-los para o desempenho de suas tarefas nas operações civis-militares, deve ser diferente do adestramento que os prepara para as operações de combate convencional. A maioria das unidades táticas militares não tem a capacidade de responder a essas perguntas. O pessoal de inteligência da maioria das nações tem experiência com muitas das questões econômicas e políticas importantes que surgirão durante uma operação de transição. Porém, este pessoal freqüentemente se especializa em perguntas estratégicas, não táticas. Estes especialistas são, com freqüência, limitados em número, tornando problemática a sua disponibilidade. Isto sugere que as seções de inteligência militar precisarão ser reforçadas para lidar com os novos assuntos.

Em alguns casos, a seção de inteligência subcontrata

Departamento de Defesa

O General William L. Nash, comandante da 1ª Divisão Blindada, encontra-se com o Coronel Redzo Mehic, chefe do Estado-Maior das facções da Bósnia-Herzegovina, na cidade de Kladanj.

tais questões. O Setor de Análise Operacional (*Operational Analysis Branch*) do Corpo Aliado de Reação Rápida (*Allied Rapid Reaction Corps*) desenvolveu um meio de identificar atividades do setor civil na Bósnia em 1996. O setor de avaliação do chefe do estado-maior desenvolveu um relacionamento com organizações internacionais, para coletar e analisar informação para a *SFOR*. Subcontratos desse tipo não são inapropriados, mas devem ser coordenados para assegurar que a seção de inteligência tenha toda a informação disponível.

A necessidade de novas fontes. Novas avaliações e investigações exigem novas fontes. As agências internacionais e as organizações não governamentais são fontes ricas de informações e de bases de dados. Em uma operação com um governo estabelecido, como o da Bósnia, os ministérios do governo talvez possam prover informações que ajudariam a desenvolver o quadro geral de inteligência.

A Internet é outra ferramenta valiosa. A seção de inteligência terá, literalmente, um mundo de dados à sua disposição para apoiar as análises. A tecnologia da informação tem tornado o acesso à Internet relativamente fácil, de qualquer parte do mundo. Dados demográficos, reportagens de imprensa, material histórico e mapas são fáceis de localizar. Porém, a credibilidade e veracidade das fontes e dos dados deve ser examinada.

Com a presença de agências parceiras mais importantes, a seção de inteligência pode ser orientada para prover mais do que apenas um relatório ocasional a um foro de organizações não governamentais. Poderá receber um pedido para apoiar agências, como a Força-Tarefa Internacional de Polícia, para que estas estabeleçam seus próprios mecanismos de inteligência. Novamente, a decisão sobre qual informação e inteligência devem ser divulgadas pela seção de inteligência é um assunto sério.

Novas fontes existem também dentro da força. Outras

seções do estado-maior coletarão informações, aumentando a quantidade de informações que os elementos do estado-maior obterão, coletivamente. Durante operações de combate, por exemplo, o oficial do sistema de comunicação social raramente estará na linha de frente. No Haiti ou na Bósnia, por outro lado, esses freqüentemente escoltavam os repórteres por todo o teatro. A seção de inteligência normalmente não pede apoio de informações a essas oficiais e, tipicamente, não considera os mesmos como elementos de coleta de informações táticas. A não ser que o QG estabeleça procedimentos ou relacionamentos que assegurem o fluxo de informações do oficial de comunicações, é pouco provável que estas sejam incorporadas ao quadro geral de inteligência para apoiar o processo decisório do comando.

Advogados, médicos, oficiais de assuntos civis e oficias de comunicação não se associam, normalmente, com atividades de inteligência. Em um ambiente de guerra, isto raramente tem efeito na capacidade da seção de inteligência para apoiar o comandante; porém, durante missões cívico-militares, estas e outras funções de estado-maior, tais como a engenharia, logística, aquisição e pessoal, coletam informações rotineiramente, informações que podem ser fundamentais para o desenvolvimento de um claro quadro de inteligência. A seção de inteligência deve desenvolver contatos com as seções do estado-maior das forças co-irmãs e trabalhar para apoiá-las também.

Fronteiras Incertas

O oficial de inteligência das operações civis-militares deve ter habilidade para trabalhar sem linhas claramente definidas de responsabilidade ou autoridade. Em um conflito convencional, a seção de inteligência compreende claramente que trabalha para o comandante e que tem a autoridade de pedir apoio de inteligência aos recursos de coleta nacionais ou aliados.

Durante uma emergência complexa, envolvendo forças multinacionais, tal autoridade talvez não seja tão aparente. Embora a seção de inteligência continue a trabalhar para o comandante militar, talvez tenha que difundir a inteligência coletada. Mas certas restrições de segurança dos EUA poderão restringir tal difusão. Conseqüentemente, informações liberadas pelos EUA podem ser consideradas demasiadamente censuradas para serem úteis. Esta prática levou o pessoal das organizações não governamentais na Bósnia a considerar os relatórios americanos sobre ameaças como sendo de pouco benefício; acreditavam que recebiam informações mais completas da Força-Tarefa Internacional de Polícia e de outras ONGs.[4]

Com a presença de agências parceiras mais importantes, a seção de inteligência pode ser orientada para prover mais do que apenas um relatório ocasional a um foro de organizações não governamentais. Poderá receber um pedido para apoiar agências, como a Força-Tarefa Internacional de Polícia, para que estas estabeleçam seus próprios mecanismos de inteligência. Novamente, a decisão sobre qual informação e inteligência devem ser divulgadas pela seção de inteligência é um assunto sério. Quando se passa informação às organizações não governamentais, publicamente essa informação já ficou comprometida. A realidade do relacionamento civis-militar sugere que, se o militar não transmite informações, tampouco o farão as organizações não governamentais.

Algumas organizações têm mais disposição para formar esse tipo de parceria e alguns países as envolvem, cada vez mais, em operações civis-militares. Tornam-se organizações de inteligência *de facto*.

Uma ilusão sobre os relacionamentos civis-militares consiste em comparar a natureza aparentemente confusa de organizações civis com a suposta natureza clara da estrutura do comando e controle militar. Raramente se faz uma distinção entre as organizações nacionais de inteligência participando de uma força multinacional. Na verdade, a força multinacional de intervenção consiste de numerosas organizações. Na Bósnia, entre 1996 e 1997, os militares incluíam:

- A Força de Implementação da OTAN (*NATO Implementation Force — IFOR*) e a *SFOR*.
- Elementos e comandos nacionais de apoio.
- Uma missão da ONU.
- Forças militares designadas para apoiar a missão da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (*Organization for Security and Cooperation in Europe — OSCE*).

Esta lista tende a dar mais clareza ao ambiente do que existia na realidade. A *IFOR* incluía elementos de 33 nações, freqüentemente pertencentes a mais de um serviço em cada país. O QG principal tinha uma seção de inteligência da OTAN e mais de dez *NICs*, mantidos, cada um, por sua respectiva nação. Cada nação tinha regulamentos específicos sobre a divulgação de material de inteligência e havia apenas um tráfego incompleto de informações de inteligência entre os *NICs* e a força da OTAN.

Mudando os relacionamentos da seção. Os integrantes do *J2* coordenarão com organizações diferentes daquelas de uma operação de combate tradicional. Tipicamente, o pessoal de inteligência trabalha com o *J3* (operações atuais) e o *J5* (planos) durante as operações de combate tradicional.

Departamento de Defesa

O Presidente da República do Haiti, Jean Bertrand Aristide, fazendo um discurso durante a cerimônia de graduação da Força de Segurança Interina da polícia em novembro de 1994.

Isto deve mudar durante uma operação civis-militar em resposta a uma emergência complexa. O pessoal de inteligência provavelmente terá que estabelecer relacionamentos com outras seções do estado-maior para assegurar um fluxo adequado de informações para apoiar a análise de inteligência. Este deve ser um processo educacional, de ambas partes, um processo que salienta a importância e o valor de tais contatos. Em muitos casos, este será também um processo delicado.

Advogados, médicos, oficiais de assuntos civis e oficiais de comunicação não se associam, normalmente, com atividades de inteligência. Em um ambiente de guerra, isto raramente tem efeito na capacidade da seção de inteligência para apoiar o comandante; porém, durante missões civis-militares, estas e outras funções de estado-maior, tais como a engenharia, logística, aquisição e pessoal, coletam informações rotineiramente, informações que podem ser fundamentais para o desenvolvimento de um claro quadro de inteligência. A seção de inteligência deve desenvolver contatos com as seções do estado-maior das forças co-irmãs e trabalhar para apoiá-las também.

Tudo isto sugere que os relacionamentos do estado-maior devem ser diferentes durante uma operação civis-militar, comparados com os de uma operação de combate convencional. Conforme disse um oficial de assuntos civis da Força-Tarefa Conjunta 190 no Haiti: "O pessoal da inteligência se entrincheirou por trás de seu nível de segurança e nenhum de nós tinha o nível de segurança suficiente para poder ir falar com eles. Por outro lado, tampouco fizeram nenhum esforço de vir falar conosco."[5]

As necessidades de inteligência das operações cívico-militares não substituem as necessidades tradicionais de inteligência encontradas nas operações de combate convencionais. Por exemplo, nas operações cívico-militares, os gerentes de coleta não apenas reúnem informações sobre as forças convencionais, mas talvez também tenham que estudar os movimentos de refugiados ou monitorar eleições.

No Haiti e em outras partes, as seções de inteligência têm freqüentemente ficado isoladas dos demais elementos do estado-maior. Isto interferiu com o sucesso operacional de duas formas: limitando o fluxo de informações à seção de inteligência para o apoio da análise e limitando o apoio de inteligência para novos clientes.

Novos Clientes

Além das novas fontes e dos novos parceiros, a seção de inteligência também tem novos clientes para os seus produtos e poderá ter que desenvolver novos produtos para apoiá-los.

Por exemplo, durante operações passadas, os EUA tiveram problemas com material de inteligência que não podia ser difundido para cidadãos ou governos estrangeiros, ou seja, nenhuma disseminação estrangeira (*No Foreign Dissemination — NOFORN*) era permitida. Isso restringia a capacidade de partilhar materiais com parceiros em uma operação de coalizão. Durante uma operação civis-militar, o problema não será apenas a troca de material sigiloso com parceiros militares, mas também a troca de material sensível, não confidencial, com organizações civis.

O problema apresenta diferentes aspectos. As organizações não governamentais na Bósnia-Herzegovina consideravam mais valiosos os relatórios da *IPTF* porque esta era mais prestativa que a *IFOR* ou a *SFOR,* que tinham que pedir autorização antes de divulgar informações publicamente e poder discuti-las durante as reuniões com as organizações não governamentais. Obviamente, as mesmas regras não podiam ser aplicadas às discussões com o Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, o Gabinete do Alto Representante, o Banco Mundial, a *OSCE* ou outras organizações civis importantes presentes como parceiros da força militar da OTAN.

O mundo está passando por uma revolução informativa, fazendo mudanças maciças no processamento das comunicações e das informações. Isto tem importantes implicações para as comunidades de inteligência em todo o mundo. Tais efeitos devem se estender também às operações cívico-militares. Por exemplo, os estados-maiores não podem ignorar a Internet — os dados disponíveis são de demasiada importância. Isto exige que o QG esteja conectado e que a seção de inteligência tenha computadores não sigilosos para buscas na rede.

Os problemas não são apenas externos. Ocorrem também na área interna. Normalmente, não se discute material de classificação sigilosa com o pessoal de assuntos civis ou com representantes de comunicação social, que regularmente mantêm interação com outras organizações. Da mesma forma que o pessoal de inteligência não pode rotineiramente usar estes novos elementos para apoio de inteligência, estes mesmos elementos também podem não se sentirem à vontade pedindo apoio de inteligência e poderá ser necessário educá-los a respeito da maneira de pedir.

Apesar de todas estas tensões, uma seção de inteligência poderá ter que prover apoio de inteligência a vários tipos diferentes de novos clientes:

- Organizações não governamentais. Fornecerá, a seção de inteligência, material às organizações não governamentais sobre a situação de segurança e ameaças em potencial contra o pessoal ou atividades destas?
- O Banco Mundial. Pedir-se-á ao pessoal de inteligência para apoiar auditorias fiscais para que o Banco Mundial determine se governos locais estão desviando fundos para a compra ilegal de armas? Ajudarão ao Banco Mundial a compreender e investigar casos de corrupção?
- Oficiais de Eleições. Pedir-se-á à seção de inteligência que monitore eleições e avalie se são imparciais?
- Contratados. Necessitará a seção de inteligência investigar os proprietários de edifícios para que os oficiais contratantes do comando não aluguem um edifício cujo dono é um criminoso de guerra ou contrabandista de drogas?

Na presença de todos estes atores, o gerente de inteligência militar terá um novo e significativo desafio na coordenação da coleta de informações, análise e produção de inteligência para apoiar o comandante e os novos clientes. Mesmo sem examinar os novos clientes, existe o difícil desafio de fazer interagir as inúmeras organizações civis, militares, nacionais e multinacionais de inteligência envolvidas em uma operação para criar um quadro unificado para apoiar o comandante.

Equilibrando o velho com o novo. As necessidades de inteligência das operações civis-militares não substituem as necessidades tradicionais de inteligência encontradas nas operações de combate convencionais. Por exemplo, nas operações civis-militares, os gerentes de coleta não apenas reúnem informações sobre as forças convencionais, mas talvez também tenham que estudar os movimentos de refugiados ou monitorar eleições.

Equilibrar as necessidades tradicionais com as exigências emergentes em um ambiente civis-militar continuará a ser um desafio. Seções de inteligência darão prioridade às ameaças contra a força, estas freqüentemente definidas, tradicionalmente, como ameaças armadas. Assim mesmo, a seção de inteligência militar estará trabalhando com novos assuntos, como o entendimento das ameaças terroristas e não convencionais contra a força. A seção de inteligência talvez tenha que desenvolver ferramentas analíticas para estudar ameaças criminosas contra o pessoal da força. Durante uma emergência complexa, a seção de inteligência não terá escolha e deverá canalizar

ao menos algum enfoque da análise militar para a civil.

Aprimorando as seções de inteligência. Para gerenciar os novos desafios de análise, a inclusão de peritos civis nas posições de níveis mais baixos, pode ser uma consideração viável. As especialidades relevantes poderiam incluir as de peritos regionais, cientistas políticos, especialistas em auxílio ou desenvolvimento, peritos em crime organizado e economistas. Em razão do ambiente operacional ser civis-militar, deveriam haver equipes de inteligência civis-militar em todos os níveis. É provável que poucos governos tenham especialistas em áreas funcionais na quantidade suficiente em sua folha de pagamento para satisfazer a todas estas necessidades. Talvez esta seja uma área dentro da qual se deveria desenvolver reservistas com as habilidades necessárias.

Avanços na tecnologia da informação talvez até permitam ao comando contar com assessoria à distância. Gerentes de inteligência no futuro poderão ter um estado-maior de analistas que administre as comunicações via Internet e vídeo-teleconferência. Estes analistas não teriam que necessariamente ser funcionários do governo. Poderiam ser professores universitários ou homens de negócios.

A tecnologia da informação. O mundo está passando por uma revolução informativa, fazendo mudanças maciças no processamento das comunicações e das informações. Isto tem importantes implicações para as comunidades de inteligência em todo o mundo. Tais efeitos devem se estender também às operações civis-militares. Por exemplo, os estados-maiores não podem ignorar a Internet — os dados disponíveis são de demasiada importância. Isto exige que o QG esteja conectado e que a seção de inteligência tenha computadores não sigilosos para buscas na rede. A comunidade de inteligência deve criar e manter bases de dados eletrônicas com o material coletado destas novas fontes. Em uma operação que se estende por vários anos, tais bases de dados poderiam talvez prover a única verdadeira continuidade, pois é realizado um rodízio no pessoal militar ao menos duas vezes por ano. As seções de inteligência talvez também possam explorar as bases de dados comerciais para apoiar as necessidades de informações.

Tais bases de dados também salientam o problema da troca de informações com parceiros. Se a seção de inteligência mantém apenas uma postura de receber informações para o subseqüente arquivamento nas suas próprias bases de dados, outras organizações podem se tornar relutantes em continuar a suprir-lhe informações. Portanto, talvez fosse apropriado que a seção mantivesse uma base de dados de informações não sigilosos e não sensíveis para todos, reservando uma base de dados separada, mais detalhada, para o uso interno. De fato, a seção de inteligência talvez possa criar um *website* para a divulgação do material não sensível para todos os interessados. Esse tipo de abertura poderá incentivar uma maior cooperação.

Os oficiais militares que se preparam para os campos de batalha do século XXI têm descoberto ser difícil a adaptação às realidades das operações civis-militares. Para apoiar o processo decisório, estas operações exigem um conceito diferente sobre qual informação deve ser coletada, como deve ser analisada e o que constitui inteligência uma vez feita a análise.

Esses desafios porém, existem em múltiplos níveis. O primeiro é reconhecer que existem novos desafios. Depois vem um longo processo educacional. Os oficiais de inteligência terão que educar não apenas a si mesmos e a seus subordinados, mas também a outras seções do estado-maior. Existe até o desafio de educar o comandante sobre as necessidades prioritárias de inteligência, peculiares às operações civis-militares.

Desenvolver relacionamentos dentro da seção pode ser simples comparado com o desafio de lidar com o grande número de outras organizações que se encontrarão envolvidas com a força militar, organizações estas que podem proporcionar informações importantes mas que também solicitarão um retorno informativo. Os oficiais militares estão conscientes destas novas necessidades. Este conhecimento tem que ser incluído na instrução para que o preparo não dependa do treinamento exercendo a função. As forças militares também devem identificar quais os assuntos que se encontram além da perícia e da preparação militar. Identificar tais necessidades permitirá desenvolver uma estrutura para reforçar, apropriadamente, a força militar, para prover um apoio de inteligência à altura. ***MR***

Referências

1. Afinal, a venda da maconha era realmente ilegal.Uma versão bilingüe ingles-creole do código penal do Haiti encontrava-se disponível em livrarias haitianas.

2. Neste contexto, a referencia é relativa às seções de inteligência das *IFOR* e *SFOR,* durante o período de novembro de 1996 até meados de1997.

3. Manual de Campanha 34-130 do Exército dos EUA, *Intelligence Preparation of the Battlefield* (Washington, DC: US Government Printing Office, 8 de julho de 1994).

4. Muitos dos integrantes das organizações não governamentais comentaram que haviam apreciado mais os relatórios informativos de segurança da OTAN como sinal do interesse da mesma por elas do que propriamente pela informação fornecida.

5. Comentários feitos por um oficial de assuntos civis da Força-Tarefa Conjunta 190 ao autor no Haiti, na primavera de 1998. Havia, aparentemente, um relacionamento mais integrado no nível brigada, no país.

Adam Siegel é analista sênior no Northrop Grumman Analysis Center*, em Rosslyn, Virgínia. É Bacharel pela* University of Wisconsin*, Mestre pela* Georgetown University *e Ph.D pela* University of Illinois*. Graduou-se pela Escola Naval de Guerra. Serviu como analista durante vários desdobramentos, incluindo as operações*: Allied Forces*, Adriático;* Uphold Democracy*, Haiti;* Desert Storm/Shield*; e como diretor de análise de lições aprendidas sobre cooperação cívico-militar para a Equipe de Análise Conjunta da OTAN na Bósnia-Herzegovina.*